

## II Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói | 24 e 25 janeiro 2025

### EIXO I - Mitigação redução da emissão de gases de efeito estufa

Moderador: Carlos Eduardo Jamel | Relatora: Maria Inês Accioly

#### **Propostas Municipais**

- 1) Criação do Parque Natural Municipal da Lagoa de Itaipu, abrangendo as áreas desafetadas e em risco jurídico do PESET- Parque Estadual da Serra da Tiririca e o complexo arqueológico da Lagoa de Itaipu.
- 2) Alteração do zoneamento da Lei de Uso do Solo nº 3905/2024 em áreas de sobreposição com zonas de amortecimento do PESET- Parque Estadual da Serra da Tiririca, do PARNIT- Parque Natural Municipal de Niterói e áreas com indicação de preservação pelo Plano Municipal de Mata Atlântica.
- 3) Elaboração de Plano de Macrodrrenagem das Bacias Hidrográficas de Niterói, priorizando soluções baseadas na natureza (como pequenos parques lineares, canteiros de absorção, biovaletas etc.), como por exemplo a bacia do Rio Cubango, que abrange o bairro de mesmo nome e toda a região do entorno do Parque Urbano onde se localiza o Complexo Esportivo Caio Martins.
- 4) Elaboração de Plano de Arborização onde as árvores sejam reconhecidas e personalizadas como sujeitos de direito ativo, necessários à garantia do direito fundamental constitucional à dignidade humana, dada sua importância para o equilíbrio ecológico e a necessidade de preservação.
- 5) Revisão e atualização do Plano Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos com inclusão de mecanismos voltados à redução de emissões, com ênfase na separação e tratamento dos resíduos orgânicos por meio de compostagem e biodigestão e no estudo da aplicação da legislação federal de logística reversa no contexto municipal.
- 6) Expansão do Programa ‘Se Liga’ da concessionária de água e esgoto, com exigência de rigor na vistoria e fiscalização dos imóveis para suprimir ligações irregulares à rede pluvial.
- 7) Implementação da Tarifa Zero para transportes públicos, a partir da revisão dos contratos com as concessionárias de ônibus, de modo a permitir a separação dos serviços, alteração da modelagem tarifária e a criação de mecanismos de controle social e monitoramento do sistema de transporte por ônibus.
- 8) Revisão da pavimentação dos elementos que compõem o sistema viário (calçadas e pistas de rolamento) para substituição por material drenante ecológico.
- 9) Revisão do Plano Municipal de Mobilidade Sustentável com ampla e efetiva participação popular para a adequada implementação, com a inserção do Plano Cicloviário e o Manual de Calçadas Acessíveis em respeito à Política Nacional de Mobilidade Urbana.

10) Criação de um fórum ou conselho com poder decisório para discutir Mobilidade Urbana Sustentável (mobilidade ativa e transporte coletivo).

### Propostas Estaduais

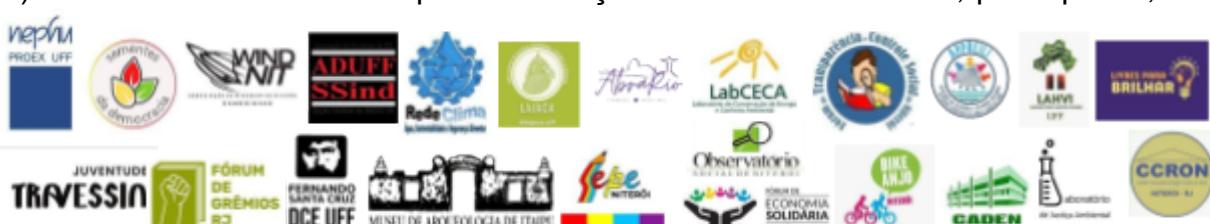
- 1) Ampliação do sistema de transporte aquaviário pela Baía de Guanabara a fim de interligar os diferentes municípios que compõem a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. E ampliação do sistema metroviário a fim de interligar toda a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, considerando o princípio da integração e modicidade tarifária.
- 2) Ampliação dos limites do PESET - Parque Estadual da Serra da Tiririca, de acordo com o PL 278/2015.

### **EIXO II - Adaptação e preparação para desastres**

Moderadora: Eloisa Freire | Relatora: Michelle Mayumi Tizuka

### Propostas Municipais

- 1) Destinar 10% do Fundo de Equalização dos Royalties, criando essa possibilidade na lei, para ações de adaptação e prevenção de desastres climáticos, para financiar medidas estratégicas que garantam a segurança da população e a resiliência do município diante das mudanças climáticas.
- 2) Revisar a Lei de Uso do Solo para impedir construções sobre áreas alagáveis, exigir a captação de águas pluviais e aplicação de energia solar em novos empreendimentos. Garantir o cumprimento das normas existentes, prioritariamente nos prédios públicos, promovendo acessibilidade como medida obrigatória para construções de qualquer porte, exceto os empreendimentos de habitação de interesse social.
- 3) Implementar corredores ecológicos com base na Lei 3905/2024 de Uso do Solo, garantindo o cumprimento do artigo que prevê sua criação, além de priorizar calçadas ecológicas e integradas. Promover a preservação ambiental e a conexão de áreas verdes no planejamento urbano.
- 4) Revisar o Plano Municipal de Saneamento Ambiental de Niterói/2019 para mitigar riscos climáticos, priorizando segurança hídrica, alternativas de abastecimento, combate a alagamentos, tratamento de esgoto e redução de emissões, com metas claras e objetivos concretos, incluindo a regulação do serviço.
- 5) Elaborar um Plano Municipal de Redução de Riscos Climáticos, participativo, com



medidas para prevenir inundações e deslizamentos, incluindo formação de brigadas voluntárias, mapeamento crítico de áreas de risco, rotas de fuga aprimoradas e metas claras, ampliando projetos já existentes como o NUDEC e/ou outros, e incluindo o amparo aos animais nos momentos de eventos climáticos.

6) Revisar o Plano de Adaptação, Mitigação e Resiliência de Niterói no prazo de um ano, considerando o prazo instituído no Plano Diretor/2019, tornando claros os prognósticos, diretrizes, objetivos e metas, além de atualizar e aprimorar as fontes de dados, garantindo participação popular, eficácia e transparência no enfrentamento das ameaças climáticas.

7) Elaborar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos, participativo, com expansão da coleta seletiva nas periferias e criação de centros de reciclagem. Apoiar cooperativas de catadores e incentivar a participação comunitária, através de incentivos financeiros para coleta auxiliar, garantindo a educação ambiental e soluções baseadas na natureza, e implantação de Centro de Triagem de Resíduos de Niterói.

8) Substituir pisos públicos impermeáveis e escuros por materiais permeáveis e claros para amenizar altas temperaturas, priorizando bairros com ilhas de calor e alagamentos. As vias já pavimentadas deverão ser adaptadas gradualmente, com substituição de 5% ao ano, promovendo conforto térmico e melhor gestão das águas pluviais.

9) Promover o debate de planos existentes ou em andamento, assegurar orçamento específico para realização de novos. Exemplos incluem o Plano de Mobilidade e o Plano de Arborização Urbana, com medidas como calçadas ecológicas, jardins de chuva, caixas de retenção e espécies adequadas para fortalecer a infraestrutura verde.

10) Dar transparência às intervenções do Canal de São Lourenço, Terminal Pesqueiro e o Porto de Niterói e acompanhar o gerenciamento do cemitério de embarcações, devendo o município acompanhar a destinação adequada das embarcações abandonadas, formando um núcleo dedicado à elaboração e acompanhamento de políticas públicas relacionadas a essas questões.

## Propostas Estaduais

1) Promover integração entre secretarias, ações mitigadoras e participação popular, além de materiais educativos acessíveis e iniciativas como o Limpa Rio, programa de bolsistas ambientais, como "Agentes Ecossociais" (jovens 16-19 anos), com cursos de formação, promovendo sua destinação às secretarias municipais, para atendimento de demandas relativas à gestão e educação ambiental.



2) A Secretaria de Estado das Cidades deve garantir o orçamento para intervenções nas áreas de risco geológico, realizando plantios, soluções baseadas na natureza, intervenções de engenharia, reflorestamento de topos de morro, sempre com transparência e garantindo participação popular.

### **EIXO III - Justiça Climática**

Moderador: Flávio Lazarini | Relatora: Cora Hagino

#### **Propostas Municipais**

- 1) Realizar o Censo de pessoas com deficiência (de toda ordem), principalmente nas áreas mais vulnerabilizadas onde ocorrem os desastres socioambientais, além de garantir a presença de pessoas com deficiência e/ou seus representantes nas Comissões Municipais, incluindo as periferias.
- 2) Ampliar e destinar verba do orçamento municipal para as hortas comunitárias, com incentivo à economia solidária, cadeia de produção da pesca artesanal e feiras agroecológicas, sobretudo nas ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, ampliando o debate sobre a segurança alimentar, incluindo a merenda escolar, com foco nos contextos da crise climática e eventos climáticos extremos.
- 3) Garantir que todas as praias de Niterói sejam públicas, gratuitas e com livre acesso para a população, assegurando a acessibilidade às Pessoas Com Deficiência - PCD e/ou com mobilidade reduzida, dada a importância do convívio social e a amenização do calor.
- 4) Destinar 20% do orçamento municipal para política de habitação de interesse social, contemplando a produção habitacional com a garantia de conforto térmico e redução de riscos, urbanização e regularização fundiária plenas de assentamentos vulnerabilizados e irregulares. Incluir na verba destinação a projetos educacionais participativos para construção de telhados verdes e placas solares.
- 5) Implantar rede de esgoto em todo o território municipal com a eliminação das tomadas de tempo seco, de modo a garantir a limpeza, balneabilidade dos rios e a preservação de suas faixas marginais (respeitando a ocupação urbana já consolidada) e a evitar o contágio de doenças e amenizar o calor.
- 6) Garantir os direitos territoriais das comunidades tradicionais e favelas, numa perspectiva interseccional, definindo-as como Zonas Especiais de Interesse Social, protegendo seu modo de vida e trabalho, implantando políticas efetivas de fomento às atividades produtivas, de formação e de fortalecimento de lideranças, de modo a preservar o ambiente natural e cultural para todas as gerações.



7) Padronizar e aumentar os pontos de coleta de resíduos sólidos e coleta seletiva no município (com a ampliação de caminhões gaiola que facilitem a reciclagem), com foco nas Zonas Especiais de Interesse Social, massificando campanhas educativas, promovendo eleição de agentes locais de coleta de lixo, fortalecendo cooperativas de catadores e viabilizando a lógica de logística reversa.

8) Implementar uma política pública de combate ao Racismo Ambiental, ampliando massivamente a arborização em todo o território, com melhoria da urbanização plena (calçadas/ acessos, drenagem, priorizando o saneamento básico, lixo, iluminação) nos territórios de favelas, comunidades tradicionais e regiões periféricas, tornando-as resilientes aos eventos decorrentes das mudanças climáticas.

9) Promover o acesso e a inclusão digital, além da educação ambiental, em espaços formais e informais, priorizando territórios de favelas, comunidades tradicionais e regiões periféricas.

10) Garantir e facilitar o livre acesso à plataforma SIGEO - Sistema de Geoinformação – Niterói.

### Propostas Estaduais

1) Implantar e efetivar o Conselho Estadual da Cidade com reuniões periódicas, implementando uma política de combate ao Racismo Ambiental que priorize povos tradicionais e periferias, tornando-as resilientes aos eventos climáticos. Revisar a legislação relativa ao Fundo Estadual de Habitação Social, garantindo a efetiva participação popular na destinação dos recursos alocados.

2) Construir o Observatório do Clima, com geração cidadã de dados, acerca da justiça climática, com mapeamento de áreas de risco e criação de Fundo Estadual de Resiliência Climática.

### EIXO IV - Transformação ecológica

Moderador: Janie Garcia da Silva | Relatora: Eliana Conde Barroso Leite

1) Promover a transparência do montante, proveniência e destinação dos recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente, garantindo a fiscalização por representantes da



sociedade civil.

- 2) Revisar a lei de criação do COMAN (Lei nº 1.640/98, regulamentado pelo Decreto nº 7.888/98), de modo a ampliar a participação popular, cujos membros das entidades da sociedade civil deverão ser eleitos nas Conferências Municipais de Meio Ambiente, tornando o paritário entre a sociedade civil e o poder público.
- 3) Recuperar integralmente rios, lagoas e matas ciliares, aplicando o saneamento universal e eliminando a tomada de tempo seco para que a população possa usufruir da paisagem e da balneabilidade e para que a fauna e a flora se recuperem, sempre utilizando mão de obra local nas obras necessárias.
- 4) Instituir a gestão dos resíduos sólidos, garantindo 45% de reciclagem nos próximos três anos, e a participação das cooperativas de catadores sendo parte da economia solidária, com implantação de campanhas educativas massivas da população, inclusive nas escolas.
- 5) Ampliar o uso de energia solar em prédios públicos, promovendo sua auto suficiência, a fim de reduzir as emissões de Gás de Efeito Estufa - GEE.
- 6) Implantar, nos próximos três anos, a eficiência energética nas edificações públicas e nas edificações privadas, de modo a manterem índices mínimos de eficiência nível A, segundo as normas do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro).
- 7) Assegurar o acesso público e gratuito a todas as praias, incluindo a acessibilidade a pessoas com mobilidade reduzida através de plataformas suspensas, dada a importância do convívio social e a amenização do calor; reduzir os caminhos existentes com ações de replantio para permitir a recuperação da vegetação de restinga original para assegurar os serviços ecossistêmicos oferecidos.
- 8) Fazer cumprir e monitorar o Plano Municipal da Mata Atlântica (PMMA) nos próximos três anos, contando com o acompanhamento da população, excluindo da Lei de Uso do Uso do Solo tudo que estiver em desacordo com o Plano, as leis estaduais e as federais da Mata Atlântica, visando mitigar os impactos da ocupação urbana.
- 9) Retomar a iniciativa política do Governo Godofredo Pinto que, através de projeto de lei, propunha o enterramento da rede elétrica e de comunicações da cidade, em substituição à rede aérea, priorizando o enterramento das redes sob a faixa de rolamento, evitando áreas das calçadas e o corte das raízes o que facilita as frequentes quedas de árvores.

## Propostas Estaduais

- 1) Elaborar o Plano de Controle ao Incêndio Florestal, com treinamento de efetivo local para engajamento social de moradores.
- 2) Ampliar o transporte aquático no município de Niterói, estendendo-o até São Gonçalo para reduzir a emissão de GEE e os engarrafamentos na cidade.

## **EIXO V - Governança e educação ambiental**

Moderador: Hannah Marchon Detes | Relatora: Kátia Alves Duarte Silva

## Propostas Municipais

- 1) Garantir a viabilização de instrumentos para a educação ambiental, como aplicativo para ciência cidadã, divulgação científica, apoio à mídia independente no combate à desinformação ambiental por meio de propagação de coberturas jornalísticas, campanhas de comunicação ambiental, priorizando ações das organizações da sociedade civil, a partir de recursos como fundo soberano e ou dos royalties.
- 2) Implementar ações de conscientização sobre os direitos e a dignidade dos animais não humanos alinhadas ao Decreto Municipal de Niterói nº 14561/2022, sobre a criação do Programa Educação Animalista nas escolas. Além disso, incentivar a educação alimentar na redução do consumo de carne, promover hortas comunitárias, cozinhas solidárias e práticas coletivas como alternativas ao agronegócio.
- 3) Fortalecer estruturas de governança intermunicipal por região hidrográfica, com atenção à melhoria do sistema de saneamento, assim como o hídrico e garantia da segurança hídrica, com o objetivo de elaborar estratégia e garantir recursos para programas de educação ambiental integrada, visando a implementação do Plano Nacional de Mudanças Climáticas.
- 4) Fortalecer os instrumentos de controle social, como o COMAN, com calendário de reuniões ordinárias mensais para acompanhamento da execução das propostas da II Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói, com ampla participação social.
- 5) Que o governo municipal encaminhe os planos (resíduos, encostas, mata atlântica etc.) previstos no Plano Diretor, para ser discutido em audiências públicas na Câmara Municipal, garantindo debate e participação da sociedade civil.
- 6) Criar o Fórum Municipal do Meio Ambiente de Niterói, composto pela sociedade civil (comunidades, movimentos sociais, ONGs e instituições acadêmicas), para acompanhamento e discussão, de modo a garantir a implementação eficaz das resoluções da II<sup>a</sup> Conferência Municipal de Meio Ambiente de Niterói, assim como a indicação dos representantes da sociedade civil no COMAN.



7) Efetivar a implementação do Plano Municipal de Educação Ambiental em todos os níveis de escolaridade, de forma transversal e intersetorial, contemplando orientação e capacitação para educadores, gestores escolares e entidades da sociedade civil, alinhando práticas e dando suporte à rede municipal, priorizando as comunidades de Niterói.

8) Fomentar ações educacionais assertivas, predominantemente nas comunidades de Niterói, que demonstrem na prática cotidiana a interconectividade do cidadão com os ecossistemas e suas responsabilidades sociais e ambientais, promovendo a reeducação e conscientização da população.

9) Incentivar projetos educacionais para a gestão de resíduos, com soluções inovadoras, visando minimizar a geração de poluentes sólidos e líquidos, desestimulando o consumo e fortalecendo ações sustentáveis para redução de impactos ambientais.

10) Elaborar e efetivar o Plano Municipal de Resíduos Sólidos de Niterói, fortalecendo a reciclagem pela economia solidária e circular, promovendo justiça ambiental e social. Garantir a inclusão e visibilidade para os catadores como agentes de mudança, bem como o potencial dos ambulantes, através da educação ambiental, formando-os para que se tornem agentes transformadores.

## Propostas Estaduais

1) Garantir a educação ambiental na grade curricular do ensino médio, com disciplina específica, ou inclusão na ementa de outra disciplina, com processos de formação continuada, capacitação e valorização da docência. Incluir processos específicos de educação ambiental, combinados com a Educação de Jovens e Adultos e outros processos formativos voltados para catadores e moradores de rua.

2) Fortalecer o controle e participação social nas políticas públicas socioambientais; Garantir a democratização do Conselho Estadual de Meio Ambiente; criar Fórum Estadual de Meio Ambiente; Promover a transparência dos dados da gestão; Viabilizar plano de combate à desinformação ambiental e fomentar a mídia independente, com recursos dos Royalties e/ou percentual da publicidade do governo estadual.